

APÊNDICE ANEXO I**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	34830/2023
Estudo Preliminar nº:	002/2026
Secretaria:	Secretaria da Mulher
Sector / Órgão:	Centro de Referência da Mulher (CREM)
Objetivo:	Trata-se de estudo preliminar referente à contratação de empresa para atendimento às necessidades de veículos definidos e aprovados, conforme Termo de Referência e recursos financeiros oriundos do Termo de Convênio nº 950677/2023, firmado entre o Município de Nova Friburgo e a União (Ministério das Mulheres), para o atendimento e acolhimento às vítimas de violência doméstica inerentes às execuções das atividades da Patrulha Maria da Penha.
Equipe de Planejamento:	Gestora: Paula Bairral Olmi, Coordenadora Centro de Referência da Mulher
	Apoio Técnico: Lucimar Junqueira Pacheco, Matr. 64.056
	De acordo: Vanderleia Pereira Lima, Mat. 63.793
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES	
<p>Fundamentação: Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.</p> <p>No momento, não foi possível demonstrar tal previsão no Plano de Contratações Anual (PAC) desta Administração Pública Municipal uma vez que o mesmo precisa ser regulamentado pelo Município, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, que trata das normas gerais de licitação e contratação pública. Cabe dizer que o artigo 22 da referida lei estabelece que os entes federativos, incluindo os Municípios, devem instituir o seu Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações. Este sistema deve conter, entre outros elementos, o Plano de Contratações Anual (PAC). Vale destacar que o PAC é uma ferramenta essencial para o planejamento das contratações públicas ao longo do ano. Ele deve conter as estimativas de contratações de bens, serviços e obras, as modalidades de licitação a serem utilizadas, os valores envolvidos, o cronograma de realização das contratações, entre outras informações relevantes. Para que o PAC seja efetivamente adotado e aplicado no âmbito municipal, é necessário que o Município regulamente esse procedimento por meio de lei ou outro instrumento normativo adequado. Essa regulamentação deve estabelecer os procedimentos para a elaboração, aprovação, acompanhamento e execução do PAC. Portanto, esta Pasta aguarda tal regulamentação, incluindo a criação e regulamentação do Plano de Contratações Anual, para estabelecer o PAC anual desta Secretaria da Mulher. Essa medida contribui para uma gestão mais transparente, eficiente e alinhada com as normas e diretrizes nacionais de contratações públicas.</p>	

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Fundamentação: (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

Atualmente, a Secretaria da Mulher, por meio da Patrulha Maria da Penha, não dispõe de veículos próprios para a realização das atividades operacionais, o que compromete a execução dos atendimentos, o acompanhamento das vítimas e a atuação preventiva no enfrentamento à violência doméstica no Município de Nova Friburgo.

Diante desse cenário, verifica-se a necessidade de aquisição de veículos que possibilitem o adequado desempenho das atividades da equipe, garantindo maior agilidade, eficiência e cobertura territorial no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.

A contratação refere-se ao fornecimento de veículos previamente definidos e aprovados, conforme Termo de Referência, com recursos financeiros oriundos do Termo de Convênio nº 950677/2023, firmado entre o Município de Nova Friburgo e a União, por intermédio do Ministério das Mulheres, destinados ao atendimento e acolhimento das vítimas no âmbito das atividades da Patrulha Maria da Penha.

Os veículos a serem adquiridos serão destinados ao uso operacional da Patrulha Maria da Penha, vinculada à Secretaria da Mulher, com atuação no atendimento, acompanhamento e proteção de mulheres em situação de violência doméstica.

Em razão da natureza das atividades desempenhadas, os veículos deverão estar aptos a receber adaptações específicas para uso institucional, incluindo, mas não se limitando, à instalação de sistema de sinalização visual e sonora, equipamentos de comunicação, grafismo oficial e demais itens necessários à sua caracterização como viatura operacional, sem prejuízo de outras adaptações que se fizerem necessárias ao pleno atendimento do interesse público.

As adaptações mencionadas possuem caráter essencial à execução das atividades da Patrulha Maria da Penha, garantindo maior eficiência, segurança e adequada identificação dos veículos em serviço, estando, portanto, diretamente vinculadas ao interesse público e à finalidade da contratação.

Ressalta-se que houve tentativa anterior de contratação para atendimento da presente demanda, tendo o item sido declarado fracassado, motivo pelo qual se faz necessária a realização de novo procedimento licitatório, visando ao atendimento do interesse público.

Diante do objetivo a ser alcançado, verifica-se que a opção mais adequada é a realização de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, adotando-se o critério de julgamento de menor preço unitário por item, em consonância com o disposto no art. 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal de 1988.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

A contratação deverá observar os seguintes requisitos, necessários ao atendimento da demanda

identificada:

Os veículos a serem fornecidos deverão ser novos, zero quilômetro, de primeiro emplacamento, não sendo admitidos veículos usados, recondicionados ou remanufaturados, devendo estar em perfeita conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes.

Os veículos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, especialmente no que se refere a desempenho, motorização, segurança, conforto, eficiência energética e demais características operacionais necessárias ao atendimento das atividades da Patrulha Maria da Penha.

Deverão possuir garantia mínima de fábrica, conforme prática de mercado, não inferior a 03 (três) anos, contada a partir da data de entrega, abrangendo assistência técnica e reposição de peças, sem ônus adicional para a Administração.

Os veículos deverão ser entregues devidamente licenciados e emplacados, em nome do Município de Nova Friburgo, atendendo às exigências dos órgãos de trânsito competentes.

A contratada deverá assegurar rede de assistência técnica autorizada, preferencialmente no Estado do Rio de Janeiro ou em distância compatível com a viabilidade operacional da Administração, garantindo suporte adequado durante o período de garantia.

Os veículos deverão estar aptos a receber adaptações para uso institucional, tais como instalação de sinalização visual e sonora, equipamentos de comunicação e grafismo oficial, sem prejuízo da garantia do fabricante.

A entrega deverá ocorrer dentro do prazo estipulado no Termo de Referência, em local previamente indicado pela Administração, acompanhada de todos os manuais, certificados e documentos obrigatórios.

A contratada deverá cumprir todas as obrigações legais, fiscais, trabalhistas, ambientais e previdenciárias, bem como observar as normas de segurança aplicáveis ao objeto.

Sempre que possível, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, como menor emissão de poluentes, maior eficiência energética e conformidade com normas ambientais vigentes.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Fundamentação: (Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base nas necessidades operacionais da Patrulha Maria da Penha, vinculada à Secretaria da Mulher, considerando a demanda atual pelo atendimento e acompanhamento de mulheres em situação de violência doméstica no Município de Nova Friburgo.

A definição do quantitativo levou em consideração a necessidade de garantir a continuidade e a eficiência das atividades desenvolvidas pela equipe, especialmente no que se refere ao deslocamento para atendimentos, visitas técnicas, ações preventivas e acompanhamento das vítimas.

Assim, estima-se a aquisição de 02 (dois) veículos, sendo 01 (um) veículo tipo SUV e 01 (um) veículo com

capacidade para 07 (sete) lugares, número considerado suficiente para suprir a demanda atual do serviço, possibilitando cobertura adequada das áreas atendidas, maior agilidade nas ações e melhoria na prestação do serviço público.

A quantidade estimada também considera a necessidade de disponibilidade contínua dos veículos, de modo a evitar descontinuidade dos serviços em casos de manutenção, garantindo a regularidade das atividades da Patrulha.

Ressalta-se que o quantitativo foi definido com base em critérios técnicos e operacionais, buscando o equilíbrio entre a necessidade da Administração e o uso racional dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade e eficiência.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Fundamentação: Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar soluções disponíveis que atendam à necessidade da Administração, bem como estimar os valores praticados para a aquisição de veículos compatíveis com as atividades da Patrulha Maria da Penha.

Foram analisadas opções disponíveis no mercado automotivo nacional, considerando veículos novos, com características adequadas ao uso institucional e operacional, observando critérios como capacidade, desempenho, confiabilidade, custo-benefício e possibilidade de adaptação para viatura.

A estimativa de preços foi obtida por meio de consultas a fornecedores do setor, considerando propostas que contemplem, além do fornecimento dos veículos, as adaptações necessárias ao uso institucional.

Como referência de preços, foram consideradas as seguintes cotações:

- Veículo tipo SUV, com valor estimado de R\$ 132.980,00, conforme cotação obtida junto à empresa Tigonelli, incluindo plotagem e sistema de sinalização visual e sonora (giroflex);
- Veículo com capacidade para 07 (sete) lugares, com valor estimado de R\$ 227.000,00, conforme cotação obtida junto à empresa Safira Veículos e Peças Ltda., incluindo plotagem e sistema de sinalização visual e sonora (giroflex).

Ressalta-se que os valores apresentados refletem preços praticados no mercado e servem como parâmetro para a definição do valor estimado da contratação, podendo variar conforme condições comerciais, local de entrega e especificações finais do objeto.

Destaca-se, ainda, que a Administração não está vinculada a marcas ou modelos específicos, sendo que a escolha do fornecedor ocorrerá por meio de procedimento licitatório, garantindo a observância aos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

Os documentos comprobatórios das cotações encontram-se anexados ao processo administrativo.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Inciso VI do § 1º da Lei nº 14.133/2021.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base no levantamento de mercado realizado, considerando preços praticados para veículos com características compatíveis às necessidades da Administração, incluindo as adaptações necessárias ao uso institucional, tais como plotagem e sistema de sinalização visual e sonora (giroflex).

Para fins de composição do valor estimado, foram consideradas as seguintes referências:

- Veículo tipo SUV: R\$ 132.980,00;
- Veículo com capacidade para 07 (sete) lugares: R\$ 227.000,00.

Dessa forma, considerando a aquisição de 02 (dois) veículos, o valor estimado da contratação perfaz o montante de R\$ 359.980,00.

Os valores apresentados têm caráter estimativo, podendo variar conforme as condições comerciais ofertadas no certame, não vinculando a Administração à sua contratação pelos valores indicados, mas servindo como parâmetro para a análise de vantajosidade das propostas.

Ressalta-se que a estimativa observa os princípios da economicidade e eficiência, bem como a compatibilidade com os recursos financeiros disponíveis, especialmente aqueles oriundos do Termo de Convênio nº 950677/2023.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Fundamentação: Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

A solução proposta consiste na aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, devidamente licenciados e aptos ao uso imediato, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Patrulha Maria da Penha, vinculada à Secretaria da Mulher do Município de Nova Friburgo.

Os veículos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, sendo compatíveis com as atividades desenvolvidas pela equipe, especialmente no que se refere ao deslocamento para atendimentos, visitas técnicas, ações preventivas e acompanhamento de mulheres em situação de violência doméstica.

A solução contempla, ainda, o fornecimento dos veículos com as adaptações necessárias ao uso institucional, incluindo a instalação de sinalização visual e sonora (giroflex), grafismo oficial (plotagem) e demais itens necessários à sua caracterização como viatura operacional, garantindo maior eficiência, segurança e visibilidade nas ações realizadas.

Ressalta-se que tais adaptações possuem natureza acessória e não descaracterizam o objeto principal da contratação, estando diretamente relacionadas à finalidade pública pretendida.

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, assegurando ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A execução da solução abrange o fornecimento dos veículos pela contratada, incluindo a entrega em local indicado pela Administração, devidamente emplacados e licenciados, acompanhados de todos os

documentos obrigatórios, manuais e certificados, bem como garantia de fábrica e suporte técnico durante o período contratual.

A presente solução mostra-se a mais adequada para o atendimento da necessidade identificada, considerando aspectos de viabilidade técnica, economicidade, eficiência e atendimento ao interesse público, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de proteção às mulheres em situação de violência.

Ressalta-se que houve tentativa anterior de contratação para atendimento da presente demanda, tendo o item sido declarado fracassado, motivo pelo qual se faz necessária a realização de novo procedimento licitatório, visando ao atendimento do interesse público.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Fundamentação: Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas deverão, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, ser divididas em parcelas, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No presente caso, a contratação será realizada de forma parcelada, por itens, tendo em vista que os objetos possuem naturezas distintas, correspondendo a diferentes tipos de veículos, com características e especificações próprias.

O parcelamento da solução mostra-se técnica e economicamente viável, uma vez que permite a participação de um maior número de fornecedores, inclusive aqueles que não comercializam todos os tipos de veículos previstos, ampliando a competitividade do certame.

Além disso, o parcelamento por itens não compromete a execução do objeto, tampouco gera prejuízos à Administração, considerando que os veículos são independentes entre si e não há necessidade de fornecimento conjunto para o adequado funcionamento da solução.

Dessa forma, a adoção do parcelamento contribui para a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios da isonomia, competitividade e economicidade.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

Fundamentação: Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

A presente contratação tem como resultado pretendido o fortalecimento da atuação da Patrulha Maria da Penha, vinculada à Secretaria da Mulher do Município de Nova Friburgo, por meio da disponibilização de veículos adequados às suas atividades operacionais.

Com a aquisição dos veículos, espera-se proporcionar maior agilidade e eficiência no atendimento às ocorrências envolvendo mulheres em situação de violência doméstica, ampliando a capacidade de deslocamento da equipe e garantindo maior cobertura territorial das ações.

A solução permitirá, ainda, melhores condições de trabalho aos servidores envolvidos, contribuindo para a realização de atendimentos com maior segurança, rapidez e qualidade, bem como para o

acompanhamento contínuo das vítimas.

Como resultado, pretende-se o aprimoramento das políticas públicas de proteção às mulheres, com potencial impacto na redução da reincidência de casos de violência, no fortalecimento das ações preventivas e na promoção da segurança e do bem-estar das vítimas atendidas.

Adicionalmente, a utilização de veículos devidamente caracterizados como viaturas operacionais contribuirá para a identificação institucional da Patrulha Maria da Penha, ampliando sua visibilidade e o efeito dissuasório, reforçando a presença do poder público no enfrentamento à violência doméstica.

Dessa forma, a contratação está alinhada ao interesse público, promovendo maior eficiência na prestação do serviço e contribuindo para a efetividade das ações desenvolvidas pela Administração Municipal.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Fundamentação: Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Deverá ser realizada a elaboração e aprovação do Termo de Referência, contendo todas as especificações técnicas dos veículos, prazos, condições de entrega, critérios de aceitação e demais requisitos necessários à contratação.

Será necessária a realização do procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, com a devida instrução processual, incluindo pesquisa de mercado, estimativa de preços e análise jurídica, em conformidade com a legislação vigente.

A Administração deverá indicar o(s) servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização do contrato, garantindo o acompanhamento adequado da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Deverá ser definido o local para entrega dos veículos, bem como assegurada a infraestrutura mínima para o seu recebimento, conferência e posterior utilização.

Após o recebimento, a Administração deverá adotar as providências necessárias para a regularização dos veículos, quando aplicável, bem como verificar o atendimento integral às especificações contratuais, inclusive quanto às adaptações para uso institucional, tais como instalação de sinalização visual e sonora (giroflex), grafismo oficial (plotagem) e demais itens previstos.

Também deverá ser promovida a organização interna quanto à destinação dos veículos, incluindo a definição de responsáveis pela utilização, controle de uso, abastecimento e manutenção preventiva.

Por fim, deverá ser assegurada a disponibilidade orçamentária e financeira para fazer frente à contratação, observando-se os recursos provenientes do Termo de Convênio nº 950677/2023.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Fundamentação: (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que constituam condição para a

viabilidade ou execução direta do objeto da presente contratação.

A aquisição dos veículos é autônoma e suficiente para o atendimento da necessidade administrativa identificada, não dependendo de outras contratações para sua implementação.

Ressalta-se, contudo, que poderão ocorrer contratações acessórias e futuras, de forma independente, tais como serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecimento de combustível, as quais não configuram condição prévia para a aquisição dos veículos, mas sim medidas complementares à sua plena utilização.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação não possui interdependência com outros contratos, podendo ser realizada de forma independente, sem prejuízo da eficiência e da continuidade do serviço público.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Fundamentação: (Ver inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A presente contratação possui impactos ambientais inerentes à aquisição e utilização de veículos automotores, especialmente no que se refere à emissão de poluentes atmosféricos, consumo de combustíveis fósseis e geração de resíduos decorrentes da manutenção e operação dos veículos.

Diante disso, a Administração deverá adotar medidas que visem à mitigação desses impactos, observando critérios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, em conformidade com a legislação vigente.

Os veículos a serem adquiridos deverão atender às normas ambientais aplicáveis, especialmente quanto aos limites de emissão de poluentes e eficiência energética, priorizando, sempre que possível, modelos mais econômicos e menos poluentes.

Durante a utilização, deverão ser adotadas boas práticas, tais como a realização de manutenção preventiva periódica, o uso racional dos veículos e a condução eficiente, visando à redução do consumo de combustível e da emissão de gases poluentes.

Quanto aos resíduos gerados (como óleos lubrificantes, pneus e peças substituídas), deverá ser assegurada a destinação ambientalmente adequada, em conformidade com as normas vigentes, observando, quando aplicável, as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Ressalta-se que, apesar dos impactos inerentes, a contratação é necessária para o atendimento do interesse público, sendo as medidas mitigadoras suficientes para reduzir os efeitos ambientais negativos, sem comprometer a execução das atividades essenciais da Administração.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Fundamentação: (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Diante dos elementos apresentados no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é viável sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário, bem como adequada ao atendimento da necessidade pública identificada.

A solução proposta — consistente na aquisição de veículos automotores para utilização pela Patrulha Maria da Penha — mostra-se a mais adequada, considerando os benefícios esperados em termos de eficiência, agilidade e qualidade na prestação dos serviços de atendimento e proteção às mulheres em situação de violência doméstica.

A forma de contratação, por meio de pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, revela-se apropriada, garantindo ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Ademais, verifica-se a compatibilidade da contratação com os recursos financeiros disponíveis, especialmente aqueles oriundos do Termo de Convênio nº 950677/2023, não havendo impedimentos para a sua realização.

Dessa forma, opina-se pela continuidade do processo, com o prosseguimento das etapas necessárias à contratação, nos termos da legislação vigente.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria da Mulher participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art.18 da Lei nº14.133/21.

Gestor:	Apoio Técnico:	De acordo:
Paula Bairral Olmi Coordenadora Centro de Referência da Mulher Mat. 63.062	Lucimar Junqueira Pacheco Mat. 64.056	Vanderleia Pereira Lima Secretária da Mulher Mat. 63.793

Nova Friburgo/RJ 26 de março de 2026.